

1

2

2.1 -

2.2 -

2.3 -

2.3.1-

2.3.2-

2.3.2.1 -

2.3.2.2 -

2.3.2.3 -

2.3.2.4 -

2.3.2.5 -

2.3.2.6 -

- **Transposições**

Nos locais onde serão transpostos corpos d' água, e a solução para os casos de diferença de nível mais baixos é a utilização de aterro sobre tubos de concreto. Há uma transposição que deverá ser executada sob a forma de ponte na rua de acesso entre os galpões, na porção noroeste do terreno. E para acessos secundários de pedestres, as transposições serão feitas em passarelas de madeira ou metálicas.

As inclinações longitudinais e curvas verticais do sistema viário foram projetadas para permitir o acesso de veículos leves e pesados com rampas adequadas.

- **Raios de curvatura**

Os raios mínimos adotados para esquinas são de 9m.

- **Pavimentação**

O pavimento tipo proposto deverá estar confinado entre guias e sarjetas, com as seguintes características, conforme certidão fornecida pela Prefeitura: o meio fio deverá ser executado com guias de concreto, tipo extrudada, com 12 (doze) centímetros de topo, 9 (nove) centímetros de base e 30 (trinta) centímetros de altura.

As guias deverão ser rejuntadas com argamassa de cimento e areia. Nas curvas, o meio fio deverá ser moldado no local. As sarjetas deverão ser de concreto, tipo extrudada. Deverão ter 25 (vinte e cinco) centímetros de base, 16 (dezesseis) centímetros de altura e 10% (dez por cento) de inclinação, conforme projeto em anexo.

O projeto prevê espessura de 12 (doze) centímetros de base compactada de brita graduada, 4 (quatro) centímetros compactados de concreto betuminoso usinado.

2.3.2.7 - Implantação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica e Telefonia

O sistema de energia elétrica será fornecido pela Empresa Bandeirante de Energia S/A, em suas tensões primárias e secundárias. Em relação ao sistema telefônico, o empreendimento tem condições, por sua excelente localização, de se servir deste benefício, sendo o sistema operado pela Telefônica e os aparelhos serão ligados ao sistema na fase de conclusão do empreendimento.

A execução de obras de engenharia no período noturno, caso seja necessário,

prevê a iluminação artificial para as instalações de apoio e em alguns casos, nas frentes de serviços executas no período noturno.

2.3.2.8 - Implantação da Coleta de Resíduos Sólidos

Lixo ou resíduos, podem ser classificados, como sendo os restos gerados pelas atividades humanas, considerados por quem os gerou, descartáveis, indesejáveis ou inúteis. Normalmente apresentam-se sob o estado sólido, semi-sólido ou semi-líquido (com conteúdo líquido insuficiente para que este possa fluir livremente).

São várias as maneiras de se classificar os lixos ou resíduos, por exemplo:

- Por sua natureza física: seco ou molhado;
- Por sua composição química: orgânico ou inorgânico;
- Pelos riscos potenciais ao meio ambiente: perigosos, não inertes e inertes.

A Norma Brasileira Regulamentada (NBR) nº 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na versão revisada de 2004, classifica os resíduos sólidos quanto a seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que eles possam ter seu manuseio e destinação final adequados:

- **Resíduos perigosos (Classe I):** são aqueles que apresentam periculosidade conforme definido anteriormente, ou que tenham uma das seguintes características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade.
- **Resíduos não perigosos (Classe II):** são aqueles que não se enquadram nas classificações de resíduos Classe I - perigosos, divididos em Classe II A - Não Inertes e Classe II B Inertes.

Os resíduos sólidos a serem gerados no **SP Races**, no município de Cabreúva/SP, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, serão resíduos sólidos domiciliares, classificados como Classe II B - Inertes. No empreendimento não serão gerados resíduos de origem industrial, de serviços de saúde, ou oriundos de atividades agrícolas.

2.3.2.8.1 - Estimativa da Geração de Resíduos

A geração de resíduos no empreendimento foi obtida utilizando o coeficiente de produção per capita de 0,4kg/hab.dia e a população prevista para o empreendimento. O Quadro 2.3.2.8.1-1 a seguir apresenta o total esperado de resíduos sólidos.

QUADRO 2.3.2.8.1-1: ESTIMATIVA DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO EMPREENDIMENTO

TIPO DE RESÍDUO	POPULAÇÃO (hab)	PRODUÇÃO PER CAPITA (kg/hab.dia)	QUANTIDADE (kg/dia)	QUANTIDADE (t/mês)
Resíduo sólido doméstico (Classe II B - Inerte)	3913	0,4	1565	47

Fonte: PA Brasil, 2006.

2.3.2.8.2-Disposição Final de Resíduos Sólidos

Ambientalmente, a disposição inadequada do lixo pode agravar a poluição do ar, das águas (superficiais e subterrâneas) e do solo, além de causar poluição visual e desconforto para os moradores. Os resíduos orgânicos depositados a céu aberto sofrem decomposição anaeróbia, que se inicia quando há falta de oxigênio na massa de lixo.

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento serão coletados pela Prefeitura Municipal de Cabreúva e terão como destino, o Aterro Sanitário da Municipalidade, localizado na Estrada do Piraí, s/nº, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais, com capacidade para 30 t/dia de resíduo doméstico, conforme Anexo 9.

2.3.2.8.3-Geração de resíduos Durante a Implantação do Empreendimento

Atualmente, na área onde será implantado o empreendimento, não há nenhum tipo de intervenção antrópica que possa gerar resíduo.

Durante a implantação do **SP Races**, serão gerados em média 450 kg de resíduos por mês, considerando para esta estimativa a presença de 50 funcionários na obra e uma geração de por dia é de 0,4 Kg de resíduo /dia /pessoa.

Os resíduos gerados nesta fase serão constituídos por restos de alimentos, copos plásticos, restos de embalagens, papéis dos sanitários, papéis de escritório, etc., com características semelhantes às de resíduos domiciliares e

serão coletados e transportados pela municipalidade, assim que seja iniciada a obra.

Os resíduos serão acumulados no canteiro de obras em recipiente adequados.

2.3.2.9 - Cronograma

O empreendimento está previsto para ser implantado ao longo de 5 anos.

2.3.2.10 - Estimativa de mão de obra

O número previsto de funcionários será de 50 funcionários na fase de implantação do empreendimento.

Os trabalhos serão realizados em turnos das 7:00 às 17:00 h, de segunda a sábado.

O prazo estimado para a execução das obras e implantação do complexo é de 5 anos, com início previsto após a obtenção da Licença de Instalação junto ao órgão ambiental.

2.3.3- FASE DE OPERAÇÃO

O Complexo Automotivo **SP RACES**, terá sua operação disponibilizada ao público após a obtenção das licenças ambientais devidas, e de acordo com o cronograma a ser definido futuramente pelo empreendedor.

A capacidade de atendimento prevista para o complexo **SP RACES** é apresentada no Quadro 2.3.3-1 .

As portarias do empreendimento serão abertas 24h de segunda a domingo (dia extra), onde os usuários e convidados serão identificados (através de crachás, credenciais ou convites), orientados pelos porteiros e ou por placas de sinalização para o local a que se destinam, dentro de parâmetros de segurança e individualidade

QUADRO - 2.3.3-1 Capacidade de atendimento prevista - Complexo Automotivo SP Races

UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO			
Equipamentos	Horas por dia	Dias Úteis Semanas	Dias Extras Semanas
Pista de Testes 1	10	4	3
Campo de Provas	10	4	3
Pista de Testes 2	10	4	3
Pista de Testes 3	10	4	3
Hotel	8	4	3
SPA	3	4	3
Centro de Convenções	8	4	3
Pavilhão de Exposições	8	4	3
Shopping	8	4	3
Lojas	8	4	3
Restaurantes	10	4	3
Galpões	10	4	3
Parque Infantil	8	0	3
Centro Médico	10	4	3

Fonte: Projeção, 2006

. A comunicação visual para orientação dos transeuntes contemplará também mensagens para preservação e conservação do meio ambiente, principalmente nas proximidades das áreas de preservação permanente dentro do Complexo.

Haverá também identificação dos locais para destino de lixo, reciclagem e combate a incêndios.

A **Pista de testes** será aberta das 7h às 20h de segunda a domingo (dia extra) e atenderão a necessidade da indústria automotiva, promovendo testes em todos os segmentos que fazem parte do escopo de produtos e serviços, contemplando também o aprimoramento do aprendizado da condução automotiva, inclusive como lazer e conhecimento de equipamentos, conforme descrição exemplificativa a seguir:

2.3.3.1 - Frenagem Molhado/Seco

Objetivo: Avaliar a aderência dos pneus ao pavimento, quando submetidos a uma frenagem.



Método: - Medida do espaço de frenagem e desaceleração média do veículo.

- Rodas dianteiras bloqueadas (freios traseiros isolados)

- 4 rodas bloqueadas (ABS)

2.3.3.2 - Impronta Dinâmica (Pista de Vidro)

Objetivo: Analisar a influência do desenho da banda de rodagem no escoamento da água, bem como acompanhar a variação de perda de contato do pneu com o solo através da análise da área de impronta.

Método: Passagem de um veículo sobre o vidro coberto com uma lâmina d'água controlada.



2.3.3.3 - Aquaplanagem sob Torque - AT

Objetivo: determinar a Velocidade de Aquaplanagem que um veículo pode atingir com determinado tipo de pneu.

A operação se dará em horários comerciais, 7h às 20h de segunda a sexta e nos finais de semana, das 8h às 20h ficando à disposição dos entusiastas por automobilismo, que terão condições de pilotar seus automóveis, dentro de parâmetros de segurança e confiabilidade.



Método: Confronto entre as velocidades das rodas motrizes e das movidas (Escorregamento).

Paralelamente, o **Centro Comercial, Shopping, Lojas e Restaurantes**, estarão atendendo à população e

comunidade da região que se deslocarão ao complexo das 10h às 20h de segunda a domingo, encontrando diversos serviços e produtos satisfazendo suas necessidades e lazer com escopo voltado também à indústria automotiva.

O **Pavilhão de Exposição** estará em operação nos horários das 10h às 20h de segunda a domingo, conforme a demanda das exposições. Disponibilizando locais para apresentação de produtos, serviços direcionados ao diversos segmentos de mercado.

Durante a realização de testes e treinamentos promovidos nas diversas pistas, haverá disponibilidade de atendimento e hospedagem dos profissionais envolvidos na **Pousada dos Mecânicos**, que estará aberta 24h de segunda a domingo.

O **Hotel** que estará aberto 24h de segunda a domingo e atendendo a hóspedes eventuais, para funcionários de empresas de diversos segmentos de mercado e convidados, sendo suas instalações previstas de locais para convenção e eventos, permitindo também acesso ao **SPA**, que se enquadra nos horários de funcionamento do Hotel conforme a demanda e necessidade de atender aos hóspedes.

As Pistas estarão abertas das 7h às 18h de segunda a domingo (dia extra) e terão a sua disposição oficinas para guardar veículos, peças e equipamentos. O local para eventuais convidados será na arquibancada nas proximidades do estacionamento e camarotes;

Outros Equipamentos que farão parte do Complexo para atendimento da infraestrutura envolvendo: fornecimento de água, tratamento de resíduos e captação de água;

- **Centro Médico e Torre de Controle** estarão disponíveis das 7h às 20h de

segunda a domingo para acompanhamento das operações nas pistas e de todo o complexo;

- **Parque Infantil** terá operação principalmente nos finais de semana, das 10h às 20h. No início da operação, será avaliado o fluxo de usuários nos dias de semana e fins de semana para mensurar o número de usuários, para atendimento de crianças e adolescentes conforme licenças a serem obtidas;
- **Galpões** serão utilizados de segunda a sexta das 7h às 20h para diversos fins (estarão enquadrados no zoneamento municipal conforme horários de operação a serem submetidos aos órgãos responsáveis por esta licença), podendo ser utilizado nos fins de semana das 8h às 18h. São destinados principalmente a empresas do segmento automotivo para diversos testes, para estacionamento de veículos especiais, para oficinas especializadas e homologadas e para show room de produtos e serviços.

2.3.4- População prevista para o Empreendimento

A população fixa e flutuante foi estimada com base em empreendimentos similares e está apresentada no Quadro 2.3.4-1, a seguir.

QUADRO - 2.3.4-1: ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO - COMPLEXO AUTOMITIVO SP RACES

Nº	NOME	POPULAÇÃO (hab)		
		FIXA	FLUTUANTE	TOTAL
1	Portaria de Acesso Principal	4	0	4
2	Shopping / Mall	98	350	448
3	Praça do Encontro	2	90	92
4	Hotel	44	320	364
5	Centro de Convenções	20	350	370
6	Spa / Centro da Mulher	8	35	43
7	Pavilhão de Exposições	12	750	762
8	Parque de Diversões	28	180	208
9	Lojas e Restaurantes	98	280	378
10	Portaria de Acesso à Pista	4	0	4
11	Torre de Controle	15	33	48
12	Oficinas	12	90	102
13	Arquibancada	8	400	408
14	Centro Médico	5	15	20
15	Heliponto Médico	0	0	0
16	Edifício - Área Técnica	15	62	77
17	Portaria de Acesso Pista de Testes 3	4	0	4
18	Oficinas Pista de Testes 3	4	5	9
19	Edifício de Apoio a Pista de Testes 3	5	35	40
20	Pousada dos Mecânicos	8	50	58
21	Edifício de Utilidades	3	0	3
22	Área Institucional	15	45	60
23	Edifício de Utilidades	25	0	25
24	Portaria de Acesso ao Campo de Provas	4	0	4
25	Oficinas Campo de Provas	5	25	30
26	Casa de Bombas e Controle Campo de Provas	2	0	2
27	Caixa d'Água Campo de Provas	2	0	2
28	Galpão de Exposições	12	80	92
29	Portaria de Acesso e Adm. Galpões	0	0	0
30	Galpões A	2	0	2
31	Galpões B	4	0	4
32	Galpões C	50	200	250
TOTAL		3.913	518	3.395

Fonte: Projeção, 2006.

3 - LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Este capítulo apresenta o arcabouço legal que regulamenta a implantação do complexo automotivo de testes e lazer - **SP Races**, no que tange aos diplomas legais ambientais nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

3.1 - LEGISLAÇÃO FEDERAL

3.1.1- Resolução CONAMA nº 001, de 23 de junho de 1986

Trata da apresentação de Estudo de Impactos Ambientais e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental, para obtenção do licenciamento ambiental quando o empreendimento apresentar significativo impacto ambiental.

3.1.2- Constituição Federal de 15 de dezembro de 1988

Capítulo VI - Do Meio Ambiente

Artigo 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição.

Artigo 91, parágrafo 1º - Compete ao Conselho de defesa Nacional:

III - propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos

recursos naturais de qualquer tipo.

3.1.3- Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Alterada pela lei n.º 7.803/89)

Artigo 2º - Estabelece o Código Florestal.

Essa lei estabelece que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum.

Define áreas de preservação permanente, tipos de contravenções e respectivas penalidades, e atribui competências, entre outras determinações.

O curso d'água mais próximo do empreendimento é o Rio Tietê que em sua posição mais próxima possui largura entre 10 e 20 metros e está a aproximadamente 380 metros. A supracitada lei define, para cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura, uma área de preservação permanente correspondente a uma faixa de 50 metros a partir de suas margens, concluindo-se então que não há qualquer interferência com esta área protegida.

Artigo 3º - Dispõe sobre o novo Código florestal. Segundo o artigo 3º, consideram-se também áreas de preservação permanentes, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção e a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas.

3.1.4- Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Já alterada pela Lei n.º 7.804/89)

Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Superior do Meio-Ambiente - CSMA, e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Em seu artigo 17 institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

O Anexo VIII desta Norma Legal lista as atividades consideradas potencialmente poluidoras, encontrando-se entre elas a atividade de lavra a céu aberto, estando sujeita, portanto, ao pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA cujos valores são apresentados em tabela no Anexo IX. Esses valores foram fixados de acordo com o porte da empresa, classificadas como microempresa, empresa de médio porte ou empresa de grande porte, conforme critérios definidos no Artigo 17-D.

3.1.5- Resolução CONAMA nº 05, de 15 de junho de 1989

Institui o PRONAR - Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar. Estabelece dois tipos de padrões de qualidade do ar: os primários e os secundários, e enquadra as áreas do território brasileiro de acordo com a classificação de usos pretendidos: Classe I, Classe II e Classe III.

3.1.6- Resolução CONAMA n.º 01, de 08 de março de 1990

A Resolução CONAMA 01 de 08/03/90 “Estabelece Normas a serem obedecidas, no interesse da saúde, no tocante à emissão de ruídos”, adotando como referência a Norma NBR 10.151 - Avaliação de Ruído em Áreas Habitadas visando o Conforto da Comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Estabelece ainda que a emissão de ruídos produzidos por veículos automotores e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e pelo órgão competente do Ministério do Trabalho.

3.1.7- Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990

Dispõe sobre a expedição das licenças ambientais, representadas pela Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

3.1.8- Resolução CONAMA 03, de 28 de junho de 1990

Dispõe sobre a Qualidade do Ar, definições e padrões.

3.1.9- Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de

1993

Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração de Mata Atlântica, e dá outras providências.

3.1.10- Resolução CONAMA nº 001, de 31 de janeiro de 1994

Orienta os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.

3.1.11- Resolução CONAMA n. ° 09, de 24 de outubro de 1996

Define corredor entre remanescentes de vegetação.

3.1.12- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997

Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental, em cujo Anexo I define as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

3.1.13- Lei Federal n. ° 9.605, de 13 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre a Lei de crimes ambientais. A seção 1 do capítulo V trata dos crimes contra a fauna, prevendo punição para os infratores.

3.1.14- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

3.1.15- Resolução CNRH nº16, de 08 de maio de 2001

Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. A outorga confere o direito de uso de recursos hídricos condicionado à disponibilidade hídrica e ao regime de racionamento, sujeitando o outorgado à

suspensão da outorga.

3.1.16- Resolução CONAMA nº 278, de 24 de maio de 2001

Dispõe sobre a exploração de espécies da flora nativas ameaçadas de extinção.

3.1.17- Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002

Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, definindo o que é reservatório artificial, as distâncias de acordo com sua localização (rural ou urbana), como também seu uso.

3.1.18- Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002

Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente definindo no artigo 2º o que é nível mais alto, nascente, etc., e no artigo 3º estabelece as distâncias mínimas das APP's.

3.1.19- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Esta resolução revoga a Resolução CONAMA nº 20 de 18 de junho de 1986.

3.1.20- Resolução CONAMA nº 396, de 29 de março de 2006

Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP).

3.2 - LEGISLAÇÃO ESTADUAL

3.2.1- Constituição do Estado de São Paulo

O lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais sem o devido tratamento, não pode ocorrer diretamente nos corpos d'água.

3.2.2- Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975

Disciplina o Uso do Solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas.

3.2.3- Lei Estadual n.º 997, de 31 de maio de 1976

Dispõe sobre o controle da poluição no meio ambiente. Esta Lei instituiu o Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente.

Conforme estabelecido no artigo 3º fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes na água, no ar e no solo.

Segundo o artigo 5º, a instalação, construção ou a ampliação, bem como a operação ou o funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no Regulamento desta lei (ver Decreto abaixo), ficam sujeitas à prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio ambiente, mediante licenças prévias, de instalação e de funcionamento.

3.2.4- Decreto nº 8.468, de 08 de setembro de 1976

Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

Em seu artigo 2º proíbe o lançamento ou a liberação de poluentes nas águas, no ar ou no solo.

Em referência à poluição das águas, classifica as águas interiores situadas no território do Estado, estabelece os padrões de qualidade para cada classe e os padrões de emissão para efluentes, além de outras determinações.

Quanto à poluição do ar, define regiões para o controle de qualidade do ar, estabelece os padrões de qualidade do ar e os padrões de condicionamento e projeto para fontes estacionárias, destacando-se, neste último, os artigos 35 e 36 para o presente estudo.

O artigo 57 considera fontes de poluição, e portanto, obrigadas ao

licenciamento para instalação e funcionamento, as atividades de extração e tratamento de minerais.

3.2.5- Decreto Estadual no 10.755, de 22 de novembro de 1977

Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá providências correlatas

3.2.6- Lei Estadual nº 7803, de 18 de julho de 1989

Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nº 6.535, de 15 de julho de 1978 e 7.511, de 07 de julho de 1986.

3.2.7- Portaria DEPRN nº 08, de 20 de novembro de 1989

Estabelece normas para a supressão de vegetação nativa sucessora em estágios iniciais de regeneração e de árvores isoladas.

3.2.8- Portaria IBAMA nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989

Refere-se a lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção no Brasil.

3.2.9- Portaria DEPRN nº 11, de 18 de março de 1986

Estabelece normas para a exploração de florestas nativas primárias ou em estágios médios e avançados de regeneração e dá outras providências.

3.2.10- Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991

Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

3.2.11- Lei Estadual nº 7.750, de 31 de março de

1992

Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.

3.2.12- Portaria IBAMA nº 45-N, de 27 de abril de 1992

Refere-se a lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção no Brasil.

3.2.13- Resolução SMA/IBAMA nº 02, de 12 de maio de 1994

Regulamenta o art. 4º do Decreto Federal 750, de 10 de Fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.

1.1.1- Resolução SMA/IBAMA nº 05, de 04 de novembro de 1996

Acrescenta dispositivos a Resolução Conjunta 2, de 12-5-94, que regulamenta o artigo 4º do Decreto Federal 750, de 10-2-93 dispondo sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração de Mata Atlântica no Estado de São Paulo.

3.2.14- Portaria DAEE nº 717, de 12 de dezembro de 1996

Aprova a norma e anexos que disciplinam o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado de São Paulo.

Esta Norma é aplicada à implantação de empreendimentos que demandem a utilização de recursos hídricos; à execução de obras e serviços que interfira com os recursos hídricos superficiais; à execução de obras para exploração de águas subterrâneas; ao uso de recursos hídricos, para qualquer finalidade, bem como à regularização dos usos existentes.

3.2.15- Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de

formulação e aplicação.

3.2.16- Resolução Conjunta DAEE/SMA Nº 2, de 07 de abril de 1997

Dispõe sobre os procedimentos de licenciamentos ambiental, em áreas de preservação permanente, de obras, empreendimentos e atividades de desassoreamento, construções, reforma e ampliação de tanques, açudes e barramentos de corpos d'água.

3.2.17- Portaria DAEE nº 01, de 02 de janeiro de 1998

Disciplina a fiscalização, as infrações e penalidades previstas na Lei Estadual nº 7.663 de 30/12/91, relacionadas à outorga de uso dos recursos hídricos.

3.2.18- Decreto Estadual nº 42.838, de 04 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre as espécies da fauna silvestre ameaçada de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

3.2.19- Lei Estadual nº 6.134, de 02 de junho de 1998

Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

3.2.20- Decreto Estadual nº 43.284, de 03 de julho de 1998

Regulamenta as Leis nº 4.023, de 22 de maio de 1984, e nº 4.095, de 12 de junho de 1984, que declaram áreas de proteção ambiental as regiões urbanas e rurais dos Municípios de Cabreúva e Jundiaí, respectivamente, e dá providências correlatas.

3.2.21- Lei Estadual nº 10.780, de 09 de março de 2001

Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências.

3.2.22- Resolução SMA nº 21, de 21 de novembro de 2001

Fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas.

3.2.23- Portaria DEPRN nº 5, de 18 de janeiro de 2002

Define o valor e o modo pelo qual se fará a compensação ambiental para os casos de supressão de vegetação nativa e corte de árvores isoladas.

3.2.24- Decreto Estadual nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002

Regulamenta os dispositivos referentes ao licenciamento ambiental; estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação; estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.

3.2.25- Decreto Estadual nº. 47.397, de 04 de dezembro de 2002

Dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de Março de 1.976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de Setembro de 1.976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

3.2.26- Resolução SMA nº45, de 12 de novembro de 2003

Institui que as APAs de Cajamar, Jundiaí e Cabreúva devem ser geridas pelo

mesmo conselho gestor.

3.2.27- Resolução SMA nº 18, de 03 de março de 2004

Dispõe sobre a criação da Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.

3.3 - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

3.3.1- Lei Municipal nº 1.817, de 27 de outubro de 1978

Dispõe sobre a classificação das zonas de uso do solo no município de Cabreúva e dá outras providências.

3.3.2- Lei Municipal 3.672/91

Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica da Serra do Japi.

3.3.3- Lei Municipal nº 3.776, de 17 de julho de 1995

Estabelece o Plano Diretor do município de Cabreúva, incluindo o zoneamento do território.

3.3.4- Lei nº 1.660, de 04 de maio de 2004

Institui a política municipal de recursos hídricos, estabelece normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos e cria o sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos, e dá outras providências.

3.3.5- Lei Complementar nº 273, de 13 de dezembro DE 2004

Institui o plano diretor Municipal de Cabreúva/SP, e incorpora os princípios e instrumentos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da

cidade, e dá outras providências.

3.3.6- Lei Complementar nº 287, de 08 de setembro de 2005

Regulamenta a fiscalização de obras no Município de Cabreúva e dá outras providências.

3.3.7- Lei Complementar nº 288, de 08 de setembro de 2005

Disciplina e institui a Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Cabreúva, e dá outras providências.

3.3.8- Lei Complementar nº 291, de 22 de dezembro de 2005

Acrescenta parágrafos únicos aos artigos 33 e 47, e altera redação dos dispositivos contidos no Inciso II, do artigo 25; Alínea “C” do Inciso V, do artigo 25; artigo 45, “Caput”, e Alínea “J”, Item 1, Inciso I, do artigo 46, da Lei Complementar nº 288, de 08 de setembro de 2005, que disciplina e institui a Lei de Parcelamento, uso e ocupação de solo do Município de Cabreúva, e dá outras providências.

3.3.9- Lei Municipal nº 4.876 de 15 de março de 2006

Define acidente poluidor e responsabiliza o infrator as penalidades e ao pagamento de multas quando este vier a causar lançamento de resíduos e define o grau de intensidade do dano causado para a fixação da multa.